

X ENCONTRO DA ABCP

Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**MULHERES NEGRAS NA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA:
UM RECORTE DE DUAS DÉCADAS**

Viviane Gonçalves Freitas (UnB)

Belo Horizonte, MG
30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Resumo: O artigo discute a agenda das mulheres negras, presente nos jornais *Mulherio*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea*, nas décadas de 1980 e 1990, com base no feminismo negro.

Palavras-chave: Feminismos. Imprensa. Negras.

1 Introdução

Este artigo propõe-se a discutir a agenda das mulheres negras, inserida na imprensa feminista brasileira, das décadas de 1980 e 1990, mais especificamente, nos jornais *Mulherio*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea*. Salienta-se que as abordagens propostas pelo feminismo negro fundamentam a discussão deste *paper*, que integra as reflexões da pesquisa de doutorado da autora sobre a imprensa feminista brasileira, em andamento.

O objetivo é analisar textos que tenham como mote as mulheres negras, embora, de maneira mais detida, para este trabalho, sejam recortadas três seções específicas, sendo uma em cada veículo. Do *Mulherio*, será analisada a coluna da antropóloga Lélia Gonzalez, publicada no jornal, de setembro-outubro de 1981 a maio-junho de 1982. No caso do *Nzinga Informativo*, a proposta é focar na coluna “Mulheres negras e guerreiras”, publicada nas edições de junho/1985, julho/1985 e julho-agosto/1988. Já no *Fêmea*, a análise se concentrará na coluna “Mulher Negra e Pequim 95 – da Informação à Ação”, sob a responsabilidade do Geledés – Instituto da Mulher Negra, publicada de dezembro/1994 a julho/1995. A título de exemplo de especificidade, o foco estará na categoria de análise “família”, uma das três (a saber, “direitos sexuais e reprodutivos” e “violências contra mulheres”) que integram a reflexão da tese da autora. Devido à especificidade do objeto para análise trabalhada neste *paper*, é importante que se diga que a temática “família” não é central, mas se apresenta de modo transversal, nas colunas recortadas. Cabe aqui frisar que as referidas colunas representam apenas uma parte dos três jornais, não figurando como espelho de sua abordagem como um todo, o que seria inviável de se trabalhar no espaço concedido a este *paper*, ficando, assim, a análise direcionada para as seções específicas, mencionadas acima.

Dessa forma, busca-se compreender se, considerando as reflexões do feminismo negro, os temas da agenda feminista ganham outra perspectiva. Se isso ocorre, como essa discussão diferencia-se da abordagem do feminismo burguês? Predominante por muitas décadas, o feminismo representado pelas mulheres brancas refletia uma homogeneidade de entendimento, bandeiras e busca por direitos que excluía uma significativa parcela, ou seja, as mulheres negras.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (www.demode.unb.br). Bolsista CAPES. E-mail: vivianegoncalves.unb@gmail.com

Isso dito, o presente artigo compõe-se, além desta introdução, da apresentação dos três jornais trabalhados e da análise dos textos quanto ao foco na temática “família”, com base em teóricas feministas negras e em outras autoras feministas. Ao final do artigo, são apresentadas algumas considerações que podem subsidiar debates posteriores.

2 Os jornais

Cada um dos três jornais aqui abordados adotou uma dinâmica distinta dentro da imprensa feminista brasileira, visto que também ocuparam espaços diferenciados no contexto dos próprios movimentos feministas e de mulheres, das décadas de 1980 e 1990. A fim de que estes contextos e a inserção dos grupos e de seus veículos de comunicação possam ser melhor apresentados, a seguir tem-se um resumo da história de cada um dos periódicos.

2.1 Mulherio

A formação do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas é um exemplo da mobilização do feminismo acadêmico, que surgiu nos anos 1980 e ganhou espaço e importância por meio de pesquisas nas áreas de ciências humanas e educação, realizadas em grandes universidades brasileiras, inclusive, por meio da criação de Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher (PINTO, 2007).

Mulherio foi o mais duradouro dos jornais feministas das décadas de 1970 e 1980, segundo Kucinski (1991). Nasceu no fim do ciclo alternativo, em 1981, e os dois últimos números – já com o nome de *Nexo* – circularam em 1988, sendo, ao total, 42 edições. A publicação se inseria no contexto distinto dos anteriores: tendência à especialização dos movimentos feministas; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação dos conselhos da condição feminina e de delegacias próprias com foco na violência contra mulheres; reconhecimento governamental de que a saúde da mulher requeria atenção especializada; e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal (Constituição de 1988) (SARTI, 2004). Até 1988, o projeto contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas, em 1984.

2.2 Nzinga Informativo

Em 16 de junho de 1983, o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, foi fundado por Lélia Gonzalez, juntamente com outras ativistas negras, com na sede da Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro (BAIRROS, 2000; RATTI; RIOS, 2010). Cabe

destacar que Gonzalez assinou, anteriormente, a coluna “Negra”, no jornal *Mulherio*, nos anos de 1981 e 1982. O nome do coletivo homenageia a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca adotada pelo grupo, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina de tradição nagô (RATTS; RIOS, 2010, p. 97-98).

Dois anos depois da fundação do coletivo, o *Nzinga Informativo* começa a circular a partir da aprovação do projeto “Histórias contemporânea das lutas das mulheres negras”, que obteve um apoio financeiro da instituição estadunidense *Global Ministries the United Methodist Church*, de Nova York, no valor de US\$ 15 mil. O aporte foi utilizado tanto para a elaboração do informativo quanto para outras atividades do grupo. Para o presente artigo, como para a pesquisa de doutorado em andamento, serão considerados apenas os quatro primeiros números da publicação, visto que não foi possível ter acesso a outras edições tampouco se conseguiu a informação de quantos números foram distribuídos no total. O jornal não tinha periodicidade regular: os quatro primeiros números datam de junho/1985, julho/1985, fevereiro-março/1986 e julho-agosto/1988. Depois de algum tempo em suspensão, o coletivo voltou às atividades em Belo Horizonte, com reuniões aos sábados. Atualmente, uma das coordenadoras é Benilda Brito.

2.3 Fêmea

Exemplo de jornal feminista de maior periodicidade no Brasil, *Fêmea* foi lançado em fevereiro de 1992, três anos depois da fundação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e teve sua última edição publicada em dezembro de 2014. Ao longo de 23 anos, foram 178 edições. A publicação pretendia ser a ponte entre parlamentares e movimentos/organizações de mulheres autônomos e institucionais (COMISSÃO EXECUTIVA, 1992), atuando na perspectiva de *advocacy* com o objetivo de lutar pela cidadania plena das mulheres, por meio de relações de gênero equitativas e solidárias. Assim, o CFEMEA colocase na posição de realizar um trabalho de comunicação política, indo além da mera produção de informação, interferindo politicamente, marcando posição, fornecendo argumentos e dados, e fomentando reflexões (MIGUEL, 2003).

Desde sua primeira edição, *Fêmea* foi enviado a várias mulheres de diferentes grupos, como movimentos sociais, núcleos de universidades, ONGs e secretarias de mulheres dos sindicatos e dos partidos políticos, além de mulheres que exerciam cargos eletivos. Com essa distribuição direcionada, a proposta era “informar e dar visibilidade à luta das mulheres por

seus direitos e subsidiar os(as) congressistas com reflexões dirigidas à ação em favor da igualdade e pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (BARBOSA, 2004, p. 145).

3 A temática “família” e as mulheres negras

A crítica à dualidade público-privado pode ser considerada a base para a análise das questões vinculadas à discussão sobre gênero e democracia e da teoria política feminista. Okin (2008), por exemplo, ressalta que o que ocorre na esfera da intimidade, da relação entre os sexos, não é imune às dinâmicas de poder – muito atribuídas ao caráter político da sociedade. Tampouco o domínio da vida doméstica, da vida pessoal, pode ser interpretado de maneira desvinculada ao domínio da vida não-doméstica, econômica e política. A divisão sexual do trabalho, que não pode ser esquecida no debate sobre família, muito tem a responder quanto a essa imbricação. Para Pateman (2013), essa definição abstrata da igualdade, construída pelo liberalismo, mascara as relações desiguais de poder que seriam fundamentais para os direitos das mulheres. Assim, segundo a autora, esse modo de igualdade – que depende de desigualdades em outras esferas, como a doméstica – não corresponde ao conceito de democracia e de cidadania que propõe.

Seguindo a perspectiva de que o feminismo descortina as relações de poder em ambas as esferas, Biroli (2014a) ressalta as consequências políticas dos arranjos privados. Utilizando-se das palavras da autora:

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra. (BIROLI, 2014a, p. 33).

Cabe destacar que, segundo Cohen (2012, p. 167), a concepção dicotômica da estrutura social, sendo dividida entre esferas pública e privada, com sua respectiva associação com os gêneros masculino e feminino, desempenha um papel fundamental a fim de justificar a exclusão das mulheres da participação política plena, ao mesmo tempo em que ajuda a consolidar a negação da igualdade de oportunidades na vida econômica.

Biroli e Miguel (2015) destacam que o debate sobre as convergências entre gênero, raça e classe parte do questionamento de ser possível compreender as desigualdades

presentes nas sociedades contemporâneas considerando apenas uma dessas variáveis, de maneira isolada. Segundo Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Dessa forma, ao se discutir as relações de poder imbricadas pela dualidade público-privado, não é possível suspender as diversas correlações existentes entre as variáveis de opressão. Como exemplo da atual não-aceitabilidade do perfil feminista branco como difusor do discurso homogêneo, Biroli e Miguel (2015) frisam que fica evidente o limite das considerações baseadas apenas na vivência de mulheres brancas, cujo cotidiano de opressão quanto ao sexismo e a divisão sexual do trabalho não faz sentido além do grupo que não esbarra no racismo e nas desvantagens de classe ao se pensar em discriminação.

As atividades de cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras, babás, faxineiras, passadeiras entre outras são o reflexo de como tais afazeres se associam naturalmente às mulheres e, portanto, não teriam grande valor produtivo, não seriam bem remunerados, não teriam prestígio social, visto que é da “natureza” delas executarem essas tarefas, não necessitando também de qualquer qualificação – ser mulher seria o suficiente. É importante ressaltar, ainda, que há uma relação entre os arranjos familiares convencionais – regidos pela divisão sexual do trabalho, principalmente – e a dominação sofrida pelas mulheres, visto que, entre os reflexos dessa relação, estão as violências sofridas por elas e o baixo grau de autonomia em razão da vulnerabilidade que esses arranjos ocasionam.

O entendimento de que a família e as formas assumidas pela vida afetiva e pela intimidade são produtos sociais – que podem variar no tempo, de acordo com o contexto, com o acesso a recursos materiais e práticas culturais (BIROLI, 2014b) – indica que as escolhas de cada membro para si e/ou para as outras pessoas situa-se também nos moldes dos padrões sociais. Como observa Biroli (2015, p. 8), “as relações da divisão sexual do trabalho só ganham contornos como questão social e política quando as atividades desempenhadas pelas mulheres cotidianamente são vistas como trabalho”, uma vez que, realizadas fora do ambiente doméstico, distante das relações familiares, os mesmos afazeres – lavar roupas, cozinhar, cuidar de crianças, limpeza de espaços – seriam remunerados (DELPHY, 2015).

Neste ponto, é importante salientar que a presunção da família como algo natural e existente desde sempre, com as mesmas características (na contemporaneidade, heteronormativa e excludente, e protegida pelo Estado), naturaliza as atribuições dos integrantes, a partir da compreensão da “função social” que compete a cada um ou uma (às mulheres, caberia a maternidade e as atividades do cuidado; aos homens, a vida exterior à casa). Isso se reflete, consideravelmente, nas identidades de mulheres e homens – mesmo que as consequências mais danosas recaiam sobre elas, nas restrições de oportunidades e

delimitações de capacidades, ou seja, há uma constante reafirmação das injustiças, por meio da subordinação das mulheres aos homens, por exemplo (BIROLI, 2014b). É importante salientar que, conforme discutido acima, quando são consideradas, conjuntamente, as categorias gênero, classe e raça, a discrepância com relação às oportunidades entre homens e mulheres ou entre as próprias mulheres é bem mais evidente (hooks, 2015).

Cabe aqui frisar uma observação histórico-etimológica que Delphy (2015) faz sobre a família como uma “unidade de produção”:

Em latim, **família** designa o conjunto das terras, escravos, mulheres e crianças submetidos ao poder (então sinônimo de propriedade) do chefe de família. Nessa unidade, o pai é dominante, pois o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence; em outras palavras, a família é o conjunto dos indivíduos que devem seu trabalho a um “chefe”. Como a família se baseia na exploração dos aparentados ou afiliados pelo casamento, tal exploração subsiste em qualquer lugar em que o modo de produção permaneça familiar. (DELPHY, 2015, p. 104, grifo da autora).

Conforme Prado (1985), a família, considerada uma instituição social, apresenta aspectos positivos – como núcleo afetivo, de apoio e solidariedade –, mas também aspectos negativos – como a imposição normativa por meio de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. No ano de 1981, quando seu livro *O que é família* foi publicado pela primeira vez, não causava surpresa a instituição familiar ser vista como elemento de coação social, geradora de conflitos e ambiguidades.

Uma família é não só um tecido fundamental de relações mas também um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado. É através da família – menor célula organizada da sociedade – que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Sem dúvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritária e monogâmica. Mas cabe a cada um encontrar os subterfúgios, os “modus vivendi”, dentro das normas em vigor. (PRADO, 1985, p. 23).

Logo em seguida, Prado (1985, p. 24), em tom crítico, destaca as atribuições de cada um dos membros dentro dessa intuição social: a mulher, por meio do casamento e da constituição de uma família, tornar-se-ia a garantia da existência de uma infraestrutura que permitiria tanto a reprodução da força de trabalho masculina (função de esposa)² quanto a reprodução de futuras mãos-de-obra (função de mãe). Dessa maneira, a família também

² A dualidade público-privado garante a opressão continuada dos homens como força de trabalho porque desconsidera como atividade produtiva o que é realizado pelas mulheres (esposas) no ambiente doméstico, sem remuneração (DELPHY, 2015).

assumiria a função de válvula de escape das revoltas e dos conflitos sociais. Em outras palavras: o homem adquiriria mais consciência política devido a seu maior contato com o mundo exterior à domesticidade; a mulher se cercaria das necessidades da cada e dos filhos. Essas atribuições, conseqüentemente, teriam como foco a manutenção do equilíbrio da célula familiar, visto que a mulher serviria à contenção das revoltas do homem, sendo com frequência bode expiatório para suas frustrações, angústias e conflitos não resolvidos na esfera pública. A autora ressalta que tal situação muito interessaria ao Estado, uma vez que as energias individuais ou coletivas estariam canalizadas para a esfera doméstica, desviando-as, assim, da contestação e das reivindicações sociais.

Em contrapartida, a violência doméstica torna-se o cotidiano de muitas mulheres sujeitadas ao silenciamento e à invisibilidade. A dualidade público-privado também foi responsável impedir que temáticas como a violência doméstica e o estupro no casamento chegassem a ser discutidas. A violência sofrida por muitas mulheres dentro de casa, por muito tempo, foi aceita socialmente como parte da relação envolvida pelas regras do casamento. Assim também, o estupro realizado pelo cônjuge demorou a ser considerado um desrespeito às mulheres, uma vez que ainda se mantinha a ideia de pertencimento e subordinação, atribuída ao entendimento do papel das mulheres dentro do casamento, na esfera doméstica (BIROLI, 2014a). Muitas vezes, a vulnerabilidade a que muitas mulheres estão sujeitas faz com que se silenciem. Quando às violências que acometem as mulheres negras, Carneiro (2003) frisa que

[...] para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais. (CARNEIRO, 2003, p. 122).

São justamente esses “outros referenciais” que Sueli Carneiro (2003) menciona que precisam ser incorporados na agenda dos movimentos feministas, de modo a se pensar as mulheres em sua pluralidade, como cidadãs e para a implementação de políticas públicas, conforme Crenshaw (2002) chama a atenção.

Quando ativistas negras como Angela Davis (2013³) e bell hooks⁴ (2015) criticaram a centralidade do cotidiano e da vivência das mulheres brancas e de classe média nos movimentos feministas, entre as décadas de 1970 e 1980, suas palavras condiziam com realidades, infelizmente, além daquele momento em curso. Ainda hoje, não é possível – ou seria debater de maneira incompleta – desconsiderar obstáculos, preconceitos ou desigualdades de oportunidades na vida das diferentes mulheres, ou seja, é necessário pensá-las a partir de uma perspectiva interseccional, que congregue as múltiplas facetas que impedem as mulheres de ter igualdade com os homens e entre elas mesmas. Ou, nas palavras de Werneck (2008):

Ao nomear a luta das mulheres a partir de sua perspectiva – mulheres brancas burguesas europeias nas décadas a partir de 1970 – as formuladoras iniciais da teoria feminista trouxeram para o conceito recém-criado a perspectiva ocidental e mais fundada numa ignorância profunda acerca das demais mulheres do mundo. Além de se fundamentarem num individualismo crescente que teve o capitalismo como pano de fundo. Até que ponto o conceito “feminismo” é suficiente para abarcar todas as mulheres, todo ativismo, toda luta? Para nós mulheres negras – compreendidas como uma diversidade incomensurável, porém marcadas por desigualdades que têm origem na inferiorização e exploração – as múltiplas ações políticas que empreendemos atravessam diferentes níveis de atuação, diferentes campos da existência, marcadas por encontros conflituosos ou violentos com o ocidente, com o patriarcado, com o capitalismo, com o individualismo... (WERNECK, 2008, s.p.).

Dessa forma, não é possível pensar as mulheres como um coletivo único que, devido ao gênero, sofra uma opressão com as mesmas raízes. Não é possível atribuir a todas, indiscriminadamente, “o problema que não tem nome”, ou seja a necessidade de deixar suas casas e as tarefas a elas atribuídas e ir atuar no mercado de trabalho, como afirmou Betty Friedan, em 1963, quando publicou *A mística feminina*. Para hooks (2015, p 193-194), tal realidade refere-se à situação de um restrito “grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida”. Portanto, essas vítimas do sexismo lembradas por Friedman mascaravam, por meio dessa opressão compartilhada entre si, o classismo, o racismo e suas atitudes perante à massa de mulheres estadunidenses. Sem minimizar a importância do debate levantado por Friedan (1971), hooks (2015) critica sua atuação que, como tantas outras feministas, replicou a todas as mulheres a vivência de um

³ A obra de Angela Davis que é referenciado neste *paper* é a tradução, feita pelo coletivo português Plataforma Gueto, do livro *Women, race and class*, cuja primeira edição data de 1982.

⁴ Apesar de as normas da ABNT para trabalhos acadêmicos determinarem a utilização do sobrenome de autoras e autores com letras maiúsculas, neste artigo optou-se por respeitar a grafia do nome e do sobrenome da autora afro-americana bell hooks, com todas as letras minúsculas, conforme é de sua preferência.

pequeno grupo, desconsiderando as experiências, as desigualdades de oportunidades, os preconceitos, os estereótipos que pesam sobre tantas outras mulheres. Reforçando esse argumento, hooks (2015⁵) afirma que:

as mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. (hooks, 2015, p. 196).

Silva (1995), na última edição da coluna do Geledés publicada no *Fêmea*, frisa as significativas assimetrias entre mulheres negras e brancas, na busca de seus direitos, por meio dos movimentos feministas:

Não mais a meia dúzia de incansáveis discípulas de Lélia Gonzalez, que nos ensinou o caminho das pedras, mas agora centenas de negras que acreditam e apostam na transformação da sociedade racista, patriarcal, injusta. Não mais o antagonismo e a denúncia, mas uma relação de parceria e respeito mútuo tem marcado o caminho de mulheres negras e brancas na avaliação da década. Mudamos nós, ou mudou o Movimento Feminista. Provavelmente ambos. Entretanto, ainda persiste entre nós, brancas e negras, práticas aprendidas e apreendidas do mundo macho e branco. (SILVA, 1995, p. 11).

Complementar a essa perspectiva, Tronto (2013) aborda a questão do cuidado e como a divisão sexual do trabalho também ganha novas interpretações quando a hierarquia entre as próprias mulheres se faz presente. A autora destaca que é necessário refletir sobre as dimensões de gênero advindas do cuidado que são impostas às mulheres, uma vez que esse direcionamento faz com que haja uma desigualdade dentro desse cenário de dependência cotidiana – com crianças, com idosos ou com outras pessoas que temporária ou permanentemente demandem cuidado. O valor que o mercado atribui às atividades do cuidado reforça seu caráter desprestigiado, ao mesmo tempo em que menospreza quem o executa. Sorj (2013) completa o entendimento quanto a essa reflexão sobre o cuidado:

A divisão sexual do trabalho doméstico é tão desfavorável às mulheres que muitas análises consideram que a categoria gênero é suficiente para dar conta da organização do trabalho doméstico. Todavia, quando se introduz na análise a dimensão renda, emergem distinções importantes intra e entre gêneros, sugerindo que o trabalho doméstico comporta experiências sociais diversificadas. (SORJ, 2013, p. 484).

Sorj (2013) levanta o ponto que Gonzalez aborda mais detalhadamente, no *Mulherio*: a discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho. Gonzalez (1982, p. 9) afirma

⁵ O artigo de bell hooks que é referenciado neste *paper* é a tradução do capítulo 1 do livro *Feminist theory: from margin to center*, cuja primeira edição data de 1984.

que a exploração e a discriminação que essa parcela da população sofre não se distancia muito dos tempos da escravatura. As mulheres negras são direcionadas a ocupações com baixa remuneração e, conseqüentemente, nas quais possam ficar “ocultada[s], invisível[is]”, como cozinheiras ou faxineiras. Os postos de secretárias ou balconistas de butique elegante seriam para as mulheres brancas.

Como destacam Biroli e Miguel (2015), as formas múltiplas de opressão exigem uma análise que parta do entrecruzamento das assimetrias. Sem dúvida, não se pode pensar na opressão das mulheres colocando todas em um grupo homogêneo. O peso da opressão deixa marcas bem maiores se, ao gênero, são acrescentadas as categorias de raça e classe.

As palavras de Davis (2013) são interessantes para complementar a crítica que hooks (2015) faz à perspectiva de Friedan (1971) e ao esquecimento de um grande contingente de mulheres – as negras:

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece, assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS, 2013, p. 10).

Nas palavras de hooks (2015), sua crítica ao feminismo branco-burguês, deve-se a sua condição de membro de um grupo oprimido, a sua experiência com a exploração e a discriminação sexista e à sensação de que a análise feminista dominante não foi a força que moldou sua consciência feminista.

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. [...] Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. [...] As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm liderado os movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. (hooks, 2015, p. 207-208).

Gonzalez (1984), na mesma perspectiva de hooks (2015), ressalta o caráter restritivo e excludente da abordagem do modelo homogeneizante do feminismo branco-burguês. A crítica da antropóloga brasileira parte do incômodo causado pela representação limitante das

mulheres negras a noções de mulata, empregada doméstica e mãe preta. Mesmo as mulheres negras de classe média não estão isentas da discriminação: “Não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem vestidas’ (afinal ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’)” (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Sueli Carneiro (2003, p. 118) utiliza-se da expressão “enegrecendo o feminismo” para marcar a trajetória das mulheres negras no interior dos movimentos feministas brasileiros, a fim de modificar a condição de silenciamento de vozes e de invisibilidade de corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo:

Buscamos assinalar, com ela [expressão *enegrecendo o feminismo*], a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Em preparação à IV Conferência Mundial de Mulheres, em Pequim (China), de dezembro/1994 a julho/1995, o Geledés – Instituto da Mulher Negra publicou a coluna “Mulher Negra e Pequim’95 – da informação à ação”, no jornal *Fêmea*. Na edição de abril/95, Sueli Carneiro assinou o texto intitulado “Mulher, cidadania, democracia e Estado”, no qual a temática da universalização dos direitos humanos das mulheres não contemplar as mulheres negras foi significativamente enfatizada. Cabe ressaltar que, ao longo das outras edições do *Fêmea*, há outras publicações sobre mulheres negras e suas vivências, mas esta é o único espaço em que um coletivo dá voz de maneira tão expressiva a elas. Neste texto, Carneiro (1995) também necessidade de se debater e buscar novos caminhos que possam mudar a situação de desigualdades entre as próprias mulheres.

[...] a luta das mulheres em geral depende não-somente da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia do sexo masculino, mas também do combate de outras ideologias que, complementares a esse sistema de opressão como é o caso do racismo, estabelecem tanto a inferioridade dos segmentos não-brancos em geral e em particular das mulheres não-brancas e que operam como fatores divisionistas na luta das mulheres. [...] a construção da plena cidadania para as mulheres negras passa, também, pela eliminação dos mecanismos de discriminação racial e pela aplicação efetiva dos dispositivos legais, nacionais e internacionais, que criminalizam a prática do racismo e da discriminação racial. (CARNEIRO, jornal *Fêmea*, abr./1995, p. 11).

Hazel Carby (2012), acrescenta importantes considerações quanto às críticas às feministas brancas, principalmente no que se refere à opressão de gênero dentro da família. Segundo a autora, não se nega que a família possa ser uma fonte de opressão para as mulheres, embora para as mulheres negras esta instituição social haja funcionado ao longo

dos séculos – desde o período colonial escravagista, inclusive – como fonte de resistência à opressão. Assim, Carby (2012, p. 213) ressalta que “o modo em que se constrói o gênero das mulheres negras difere da construção da feminilidade branca, visto que também está submetido ao racismo”.

Com as reflexões das autoras negras citadas acima, é possível compreender a pertinência da coluna “Mulheres negras e guerreiras”, nas edições do jornal *Nzinga*, de 1985 a 1988. A valorização da população negra e, em especial, das mulheres negras, é o ponto central do *Nzinga Informativo*, jornal publicado pelo Coletivo de Mulheres Negras Nzinga, do Rio de Janeiro. A coluna *Mulheres negras e guerreiras* reforça o propósito do jornal de ressaltar a importância da atuação das mulheres em diversas lutas, visto que são elas que figuram como as maiores vítimas das desigualdades sociais.

Tanto Carby (2012) como Davis (2013) destacam que o protagonismo das mulheres negras em suas comunidades africanas nada se assemelhava à subjugação que são submetidas desde os tempos coloniais nas novas terras para onde foram levadas ou nasceram como descendentes africanas. Quando personagens como a rainha angolana Nzinga (1582-1663), as ativistas sul-africanas contra o *apartheid* Winnie e Zinzi Mandela e a deputada federal Benedita da Silva são apresentadas como “mulheres negras e guerreiras”, por meio de suas histórias⁶ de vida. Cabe ressaltar também que o sentido de família não está apenas atrelado ao núcleo composto por genitores e filhos, mas a um sentido ampliado – “sua gente”:

Após 35 anos de luta [contra os colonizadores portugueses], em 1663, Nzinga é morta em pleno campo de batalha e, sem sua comandante, os guerreiros se rendem; muitos deles são aprisionados e trazidos para o Brasil, influenciando-os com suas práticas anteriores, as lutas desenvolvidas por Ganga Zumba e Zumbi, no Quilombo dos Palmares. A nossa cultura popular registrou este fato relevante através da figura da rainha Nzinga das Congadas referindo-se a essa rainha. Com as táticas primitivas, Nzinga sustentou uma guerra desigual durante 35 anos em defesa do reino e da liberdade de sua gente. (NZINGA, *Nzinga Informativo*, jun./1985, p. 3).

As colunas de Lélia Gonzalez, no jornal *Mulherio*, complementam o debate apresentado no *Nzinga*, ao expressar a valorização das mulheres dentro das culturas africanas e nas famílias ampliadas. Assim, os textos de Gonzalez também enriquecem o questionamento ao sentido homogêneo de família, centrado no perfil branco-burguês. A antropóloga detalha a figura do arquétipo de mulher para o casamento e a constituição de

⁶ Carby (2012) utiliza o termo *herstory* em contraposição a *history*, no sentido de chamar a atenção para o fato que os homens contam os fatos como a eles melhor convém (*his+story*); assim a história é deles, que são, na maioria das vezes, brancos. Quando há a busca pela história das mulheres, principalmente das mulheres negras, valorizando suas ações e pontos de vista, a autora entende que a gráfica da palavra fica mais adequada como *herstory* (*her+story*). Em português, não é possível uma tradução que faça jus à ideia de Carby, por isso deixo aqui o registro dessa observação bastante pertinente.

uma família burguesa – aquela que seria o modelo de esposa e mãe. Nestes moldes, as negras não se encaixavam. Embora fossem as responsáveis pelo cuidado das crianças das mulheres brancas, na função de ama de leite (período colonial) e empregada doméstica (tempos atuais).

Nossas antepassadas vieram da África para o Brasil como escravas para trabalharem nas plantações de cana, nos engenhos etc. Nos reinos e impérios africanos de onde vieram, as mulheres eram tratadas com grande respeito e, em muitos deles, elas até chegavam a ter participação política. A valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna. É por aí que a gente pode entender, por exemplo, que as “mães” e as “tias” iriam ter não só na formação e no desenvolvimento das religiões afro-brasileiras (candomblé, tambor de mina, umbanda etc.) como também em outros setores da cultura negra no Brasil. [...] Enquanto a escrava de oito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi por aí, enquanto ama-de-leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe-preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual. (GONZALEZ, jornal *Mulherio*, nov.-dez./1981b, p. 3).

O entendimento de Carby (2012, p. 215) corrobora com o de Gonzalez, à medida que ressalta que “as ideologias da domesticidade e da maternidade femininas negras são construídas por meio de seu trabalho – ou da condição de escravizadas – como empregadas domésticas ou mães substitutas nas famílias brancas, mais do que na relação com suas próprias famílias”. Cabe lembrar que muitas mulheres escravizadas foram separadas de seus filhos, e, atualmente, grande parte das que trabalham como domésticas deixam suas crianças com outras mulheres ou meninas enquanto cuidam dos filhos das famílias brancas. Davis (2013, p. 11-12) completa ainda que, quando o comércio internacional de escravos foi abolido, as mulheres negras foram crescentemente avaliadas por sua fertilidade, embora isso não significasse que, como mães, tivessem um estatuto mais respeitável do que tinham como trabalhadoras.

Na primeira edição da coluna do Geledés, no *Fêmea* de dezembro/1994, as pautas do racismo e do classismo, aliada ao sexismo, aparecem de forma bem evidenciada, de modo a questionar os movimentos feministas como permeável e abrangente a agendas de todas as mulheres ou apenas à reprodução de opressões e vivências de mulheres brancas, inclusive no que tange à cidadania plena dessa parcela da população. O texto dessa edição não foi assinado, assumindo o caráter de editorial, que apresentava a proposta das colunas seguintes.

Apesar de ao longo dos anos o movimento feminista vir denunciando as violações contra as mulheres e, de defender em seus princípios o conceito de multiplicidade das diferenças, sempre encontrou dificuldades em incorporar o racismo em suas bandeiras de luta, deixando de considerá-lo como fator agravante da situação de discriminação de grande parcela das mulheres, causador inclusive das desigualdades sociais entre mulheres negras e brancas e que vem, historicamente dificultando a unidade do movimento. [...] Nós mulheres negras entendemos que ao atingir um contingente tão significativo de mulheres a discriminação racial se constitui num dispositivo de largas consequências sociais na medida que, tanto quanto o sexismo, o racismo se constitui em variável determinante na compreensão do processo de exclusão das mulheres negras de sua cidadania, participação política, acesso ao poder, da educação, de trabalhos e salários dignos, do acesso à saúde, habitação, entre outros. (A MULHER NEGRA NA DÉCADA, jornal *Fêmea*, dez./1994, p. 8).

Ao se basear nos critérios da interseccionalidade, racismo, patriarcalismo, classismo e outros sistemas discriminatórios passam a ser considerados como variáveis que juntas alteram estrutura opressiva, por meio de ações e políticas específicas, que constituem aspectos dinâmicos do desempoderamento. Já na edição do *Mulherio*, de setembro/outubro de 1981, Gonzalez (1981a, p. 9) chamava a atenção para a desproporção salarial entre as chefes de família negras, pardas e brancas: “entre as famílias brancas, 13% são chefiadas por mulheres; entre as famílias pretas, 20% são chefiadas por mulheres; e entre as pardas, 17% têm chefes mulheres. Além disso, as chefes de família pretas ganham 34% e as pardas 44% do que ganham as brancas na mesma situação”.

Na edição de fevereiro/1995, da coluna “Mulher Negra e Pequim’95 – da informação à ação”, no jornal *Fêmea*, Matilde Ribeiro (1995), então integrante do Sempreviva Organização Feminista (SOF), abordou a discrepância salarial entre mulheres brancas e negras, que afetava em maior escala as famílias chefiadas pelas mulheres negras. Visto que a situação não se altera em relação ao que foi dito por Gonzalez (1981b), no trecho citado acima, tampouco se modificou ao longo destes mais de 20 anos, de quando o texto de Ribeiro (1995) foi publicado até os dias atuais.

Desde a escravidão, a mulher negra esteve associada ao trabalho para a subsistência própria e a de seu grupo familiar, e [é] a chefe de família mais frequentemente do que a branca. O nível educacional não é indicador suficiente para a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, pois a aparência física é determinante para grande parte das ocupações que aspira, basta lembrar os anúncios de emprego requisitando a famosa “boa aparência”. (RIBEIRO, jornal *Fêmea*, fev./1995, p. 11).

Assim, não é possível discutir temáticas como família, gênero, classe e raça sem considerar a importância da interseccionalidade, visto que essa imbricação não é de hoje, vem de longe, traz consigo a marca da história de outras mulheres, de outras terras.

Justamente por isso, não é possível pensar as pautas feministas atreladas apenas a um perfil que responde restritamente à parcela das mulheres brancas e burguesas.

As colunas dos três jornais trazidas neste artigo têm em comum o protagonismo das mulheres negras. Ao terem este espaço de fala em primeira pessoa, ou seja, elas dizendo por si mesmas, as mulheres negras compartilham suas vivências múltiplas e efetivam seu empoderamento no discurso, por vezes, silenciado, como as próprias ressaltam nas colunas aqui trabalhadas. Cabe ressaltar aqui que (com exceção do *Nzinga Informativo*, produzido por e destinado a mulheres negras) dois dos jornais analisados – *Fêmea* e *Mulherio* – tinham como premissa ser periódicos para públicos plurais, sem restrição de agendas para este ou aquele grupo dentro dos movimentos feministas. Entretanto, seções como as analisadas neste trabalho, com destaque para o caráter de protagonismo das mulheres negras, foram publicadas de forma pontual, como no caso de mulheres rurais ou trabalhadoras domésticas.

Enquanto ainda for com *status* de concessão que essa incorporação de agenda diversificada e de ponto de vista seja feita, a luta feminista permanecerá no mesmo lugar. Protagonismo pontual apenas não resolve. A busca de direitos não se restringe à opressão de gênero, até porque muito ainda se tem da opressão entre as próprias mulheres. É preciso que o respeito e a valorização das diferentes vivências tornem-se uma constante para que se possa, algum dia, falar de cidadania plena para todas as mulheres.

4 Reflexões finais

Segundo dados da pesquisa Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça⁷, publicada em 2011, ao longo de quatorze anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009, o que significa dizer que há, no Brasil, atualmente, 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Além disso, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos.

⁷ A pesquisa foi realizada em parceria pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ONU Mulheres, Secretária de Políticas para Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2009.

Qual cidadania é esta que se busca com tamanha disparidade? Infelizmente, estes dados não estão tão distantes do levantamento apresentado por Lélia Gonzalez, ainda na década de 1980, conforme apresentado acima. Como bem lembra Crenshaw (2002), o sexismo nem sempre é vivenciado da mesma maneira por todas as mulheres, assim como homens e mulheres não têm a experiência com o racismo da mesma forma. Entretanto, é necessário que políticas públicas sejam pensadas de modo a minimizar, se não a extinguir, esses efeitos perversos de uma cidadania incompleta.

Referências

A MULHER negra na década. **Fêmea**, Brasília, dez. 1994, ano III, n. 23, p. 8.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 42-61.

BARBOSA, Michelle Cristine Lopes. Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do *Jornal Fêmea*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, set./dez. 2004, v. 12, número especial, p. 142-156.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. In: Encontro Anual da Anpocs, 39, 2015, Caxambu-MG, **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2015. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9526&Itemid=461>. Acesso em: 16 dez. 2015.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 31-46.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014b.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, jul./dez. 2015, p. 27-55.

BRASIL. Retratos da desigualdade de gênero e raça. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2013.

CARBY, Hazel V. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: una analogia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 209-243

CARNEIRO, Sueli. Mulher, cidadania, democracia e Estado. **Fêmea**, Brasília, abr. 1995, ano IV, n. 27, p. 11.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2003, v. 17, n. 49, p. 117-132.

COHEN, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, abr. 2012, p.165-203.

COMISSÃO EXECUTIVA. Editorial. **Fêmea**, Brasília, fev. 1992, ano I, n. 0, p. 1.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-187.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Trad.: Plataforma Gueto. Lisboa: Plataforma Gueto, 2013.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, maio/ago. 2015, p. 99-119.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Trad.: Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

GONZALEZ, Lélia. Negra – Democracia racial? Nada disso! **Mulherio**, São Paulo, set./out. 1981a, ano I, n. 3, p. 8-9.

GONZALEZ, Lélia. Pesquisa – Mulher Negra. **Mulherio**, São Paulo, nov./dez. 1981b, ano I, n. 4, p. 3.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? **Mulherio**, São Paulo, maio/jun. 1982, ano II, n. 7, p. 9.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Rio de Janeiro, 1984, p. 223-244.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.16, jan./abr. 2015, p. 193-210.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jan./jun. 2003, v. 11, n. 1, p. 271-283.

MULHERES negras e guerreiras: Nzinga (1582-1663). **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, jun. 1985, ano I, n. 1, p. 2 e 3.

MULHERES negras e guerreiras: Winnie e Zinzi Mandela. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, jul. 1985, ano I, n. 2, p. 2 e 5.

MULHERES negras e guerreiras: Benedita da Silva. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, jul./ago. 1988, ano III, n. 4, p. 2.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.2, n.16, p.305-332, maio/ago. 2008.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 55-79.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. 1.ed. 1.reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Matilde. Brancas e negras: semelhantes, porém diferentes. **Fêmea**, Brasília, fev. 1995, ano IV, n. 25, p. 11.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, ago. 2004, v. 12, n. 2, p. 35-50.

SILVA, Nilsa Iraci. De Garanhuns a Beijing com escala no Rio. **Fêmea**, Brasília, jul. 1995, ano IV, n. 30, p. 11.

SORJ, Bila. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

TRONTO, Joan. **Caring democracy: markets, equality, and justice**. New York: New York University Press, 2013. Cap. 4 e 5, p. 95-136.

WERNECK, Jurema. **De lalodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe**. 2008. Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2008/10/deialodsefeministas.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.